

PROJETO DE LEI N

DE 2021

(Deputado Alexandre Frota)

Estabelece isenção de cobrança de PIS/Cofins incidentes sobre as empresas de medicamentos produzidos ou não no país

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1°- Não será cobrado das empresas fabricantes, comerciantes ou importadores de medicamentos em território nacional qualquer contribuição ou imposto a título de PIS/Cofins estabelecidos pelas Lei 9718 de 27 de novembro de 1998 que incidam sobre os medicamentos produzidos.

§ 1º Serão consideradas empresas fabricantes, comerciantes ou importadores, aquelas que fabriquem comercializem ou importem exclusivamente medicamentos.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O custo do medicamento para a população brasileira tem aumentado sobremaneira nos últimos tempos, a carga tributária sobre tais produtos é demasiadamente custosa para todos.







A isenção proposta neste Projeto de Lei busca a diminuição do preço final dos medicamentos para a população como um todo de forma a darmos maiores possibilidades aos tratamentos de saúde propostos por médicos.

Estes tributos são considerados contribuições sociais no âmbito de competência da União, que têm como destino o financiamento da seguridade social. Tratam-se, portanto, de tributos cuja receita não é compartilhada com estados, Distrito Federal e municípios.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Brasília de agosto de 2021

Alexandre Frota Deputado Federal PSDB/SP



